



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MORRO DE PEDRA - EXTRACAO MINERAL E MADEIRA LTDA

CNPJ/CPF : 27.729.609/0001-52

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : MORRO DE PEDRA EXTRAÇÃO MINERAL E MADEIRA LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Fazenda ESPRAIADO OU MORRO DE PEDRA número/km S/N ZONA RURAL Bairro DISTRITO DE CAMPO LIDI Cep 36220-000 Antônio Carlos - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Antônio Carlos (LAT) -21.2955, (LONG) -43.8553

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 3

Modalidade de licenciamento : LAC1

Processo Administrativo Licenciamento : 3485/2020

Motivo da decisão:

As vedações previstas nos Incisos "I" e "VII" do Artigo 38 do Decreto Estadual nº 47.749/2019 são aplicadas à supressão de vegetação nativa pleiteada para uso alternativo do solo. O critério locacional "supressão de vegetação nativa em Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, na categoria "Especial" não foi assinalado pelo empreendedor na caracterização do empreendimento. Desta forma, o peso do critério locacional deveria ser 2, levando o processo para a modalidade LAC2. Sendo assim, considerando a inviabilidade técnica e jurídica constatada, a equipe interdisciplinar da Supram Zona da Mata sugere o indeferimento desta Licença Ambiental.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Ubá, 29/10/2020.

Documento assinado eletronicamente por LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, Superintendente, em 29/10/2020 01:31 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.